



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

**Processo TC** 4491/989/16  
**Poder** LEGISLATIVO  
**Município** Cajati  
**Entidade** CÂMARA MUNICIPAL DE CAJATI  
**Período** 08/2016  
**Relator** Dr. Robson Marinho  
**Unidade Fiscalizadora** UR-12 UNIDADE REGIONAL DE REGISTRO  
**Responsável** Aparicio Ferreira da Rosa  
**Cargo** PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
**CPF** 097.882.118-10  
**Período de Gestão** 01/01/2015 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Não entrega dos seguintes documentos:

| <b>Tipo de Documento</b>                                | <b>Mês</b> | <b>Ano</b> |
|---|------------|------------|
| Publ. RGF Legislativo                                   | 8          | 2016       |
| Questionário sobre Quadro de Pessoal (a partir de 2016) | 8          | 2016       |
| Questionário sobre Transporte                           | 8          | 2016       |

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

## **2.1 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)**

Alerte-se que no encerramento do período ora analisado, verificou-se acréscimo em relação ao percentual da despesa com pessoal apurado em junho/, devendo o Poder em questão observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

## **2.2 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)**

Alerte-se que, embora a situação da liquidez projetada para o exercício apresente superávit, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, ensejando acompanhamento para que a situação projetada se mantenha favorável.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração: 06/10/2016**  
**Hora da Geração: 20:58:55**